

# boletim nº 1

REG. 94/11/14

203.1972

## do Comité de Desertores Portugueses de Estocolmo.

Número Um, Dezembro de 1972

### EDITORIAL

Este é o primeiro numero do Boletim do Comité de Desertores Portugueses de Estocolmo (CDPE). Ele servirá, neste momento, como a nossa principal arma de propaganda e esclarecimento do povo sueco acerca da luta popular em Portugal contra o fascismo. Oremos, também, que ele servirá para unir os refugiados portugueses, dispostos a desenvolver na Suécia uma luta anti-fascista e anti-colonialista consequente, à volta da plataforma do CDPE.

Neste primeiro editorial apresentamos o programa de acção que orientará, nesta altura, o trabalho do CDPE no prosseguimento dos seus objectivos, expressos no 1º dos Estatutos.

## PROGRAMA DE ACÇÃO DO CDPE

1. Cada dia que passa, com o crescimento e fortalecimento do movimento popular anti-fascista em Portugal, com as vitórias cada vez maiores dos povos de Angola, Guiné-Bissau e Moçambique na sua luta de libertação nacional, o governo fascista e colonialista de Lisboa encontra-se cada vez mais isolado e toma medidas cada vez mais desesperadas para tentar retardar a sua queda.

Os jovens portugueses cada vez mais se recusam a servir a política daqueles que, além de os oprimirem, os obrigam a oprimir outros povos. E são milhares aqueles que, cada ano, desertam ou se recusam a servir no exército colonial fascista.

A Suécia, país "neutro" na boca dos seus representantes políticos, que inclusivé apoia e fornece ajuda humanitária aos movimentos de libertação nas colónias portuguesas, encontra-se também extremamente envolvida com o governo

fascista português de quem é um dos maiores parceiros comerciais. Por isso tem negado o estatuto de asilado político aos desertores, refractários do exército colonial português e restantes refugiados políticos. (cont. pág. 2)

### SUMÁRIO

Programa de acção do CDPE.....	1
O assassinio de Ribeiro Santos .....	3
Informação .....	6
Os interesses suecos em Portugal ....	7
Sobre a vinda para a Suécia .....	12
Entrevista com Agostinho Neto .....	13
O problema dos desertores .....	17
Nota histórica acerca do CDP .....	19
Resolução sobre a deserção .....	20
A lei "terror" .....	20
Plataforma, objectivos e características do CDPE .....	21

c d p e

Box 42 110, 126 12 Stockholm, Suécia.



PROGRAMA DE ACÇÃO DO COMITÉ DE DESERTORES PORTUGUESES DE ESTOCOLMO

(continuação pág. 1)

Na sua quase totalidade estes receberam apenas licenças de estadia e trabalho por prazos curtos e sem qualquer garantia de prolongamento.

Nestas condições, o CDPE considera neste momento como sua tarefa principal, conforme o seu 1º ponto-base, a luta pelo direito ao asilo político para os desertores, refractários e restantes refugiados políticos portugueses que se dirijam para a Suécia.

Unimos assim os nossos esforços aos dos outros comités e organizações de portugueses que, na Suécia e noutros países da Europa, já se empenham nesta luta. Junta-mo-nos tamb-ém às organizações progressistas que, na Suécia, compreendendo a necessidade de denunciar a colaboração do governo sueco com os mais diversos governos reaccionários na perseguição aos progressistas de diversos países, se uniram na luta pelo asilo político.

2. A luta do povo português contra o fascismo e a exploração é também a nossa! O CDPE, constituído por refugiados portugueses na Suécia, dará, dentro das suas possibilidades, o máximo apoio a essa luta. Mas, o facto do CDPE ser uma organização aberta, não-partidária, e de se encontrar a milhares de quilómetros da luta popular em Portugal, limita, naturalmente, quer os objectivos próprios do Comité quer as formas possíveis de apoio a essa luta.

Por isso, o CDPE define, como seu objectivo estratégico próprio, conforme o seu segundo ponto-base, isolar o governo fascista português perante o povo sueco

Considera que neste momento, a forma principal para atingir este objectivo é fazer propaganda centrada nos tres pontos seguintes:

- dar a conhecer ao povo sueco os factos da luta do povo português contra o fascismo e a exploração, analisando as causas e os principais aspectos dessa luta;
- denunciar o apoio constante que o imperialismo mundial tem prestado ao regime fascista na opressão e exploração do povo português e dos povos das colónias e, em especial,
- denunciar a ajuda que o imperialismo sueco presta à política fascista e colonialista do governo português e denunciar a exploração a que estão sujeitos os trabalhadores portugueses pelas empresas monopolistas suecas estabelecidas em Portugal.

3. A luta dos povos de Angola, Guiné-Bissau e Moçambique contra o colonialismo português avança cada vez com mais força para a sua vitória total!

Vendo aproximar-se o fim dos seus velhos sonhos coloniais ou mais recentes sonhos neo-coloniais, o governo fascista português recorre freneticamente a todos os meios para continuar a explorar os povos africanos. Mas, nem os seus cantos de cisne na ONU, onde mais e mais nações condenam a política colonialista dos fascistas portugueses; nem os dólares dos imperialistas dos EUA e as armas da NATO; nem as tentativas de "africanização" da guerra; nem a participação cada vez maior dos racistas sul-africanos ou rodesianos, conseguiram impedir que os povos das colónias conquistem a sua independência total e incondicional!

O CDPE, conforme o seu terceiro ponto-base, apoiá resolutamente a luta de libertação nacional dos povos das colónias contra o colonialismo, o neo-colonialismo e o imperialismo, neste momento histórico conduzida pelo PAIGC, MPLA e FRELIMO, e procurará com o seu trabalho colaborar com o movimento anti-colonialista na Suécia.

4. O CDPE estabelece também como sua tarefa constante tentar unir todos aqueles que possam ser unidos em torno da sua plataforma e que estejam realmente dispostos a trabalhar por estes objectivos.

NOTA: Ver, na última página deste boletim, a plataforma política e alguns pontos dos Estatutos do CDPE.

REPRESSÃO E INFORMAÇÃO

No dia 13 de Outubro de 1972 a PIDE-DGS entrou no ISCEF (1) e assassinou a tiro o dirigente associativo José António RIBEIRO SANTOS.

Um indivíduo, que há já dois dias rondava as instalações do Instituto, foi obrigado a identificar-se pelos estudantes. Depois de ter dito que era estudante de liceu, disse ser vendedor de tapetes. Finalmente acabou por confessar ser agente da PIDE-DGS. Os estudantes levaram-no para uma assembleia, com um saco de papel na cabeça para evitar que pudesse reconhecer quem falava. Entretanto, o secretário do Instituto telefonára para a PIDE-DGS para certificar se o tal homem era ou não um dos seus agentes. A PIDE mentiu dizendo que ele não era um dos seus agentes, mas prontificou-se, no entanto, a enviar dois agentes para o identificarem (!). Uma vez chegados à sala onde os estudantes se encontravam, os dois agentes enviados para identificarem o seu colega foram devidamente apupados pelos estudantes. Gerou-se a confusão, os dois agentes dispararam para "o ar", segundo os comunicados do governo fascista português, mas as balas mataram Ribeiro Santos e feriram um outro estudante. Os dois agentes ficaram feridos.

"PIDE ASSASSINA"

No dia 14, cerca de 5 000 pessoas -- estudantes e população -- levando cartazes com as palavras "PIDE ASSASSINA" estavam presentes para o enterro. No cortejo propriamente dito havia cerca de 3 000 pessoas. Os estudantes decidiram levar o caixão, aos ombros, pela rua. A polícia impediu-os e isolou-os. O resto das pessoas dividiu-se em grupos dirigindo-se para o cemitério, lutando contra a polícia. As manifestações continuaram durante várias horas e nos dias seguintes.

Segundo "Novaport" (Agencia Noticiosa Popular de Portugal) "a PIDE continua a torturar Saul, anti-fascista preso no dia 14 de Outubro durante o enterro de Ribeiro Santos. Saul recusára-se a abandonar a urna de Ribeiro Santos e gritara: 'Matem-me como o mataram a ele!' quando as forças repressivas carregaram sobre os manifestantes. O corajoso anti-fascista continua preso na tenebrosa prisão de Caxias e tem sido brutalmente espancado pela polícia. Devido às torturas, Saul deu já entrada por duas vezes na enfermaria da prisão. Contudo o seu porte tem sido exemplar, tendo-se inclusivamente a dar o seu nome. (2).

"OPERACAO-STOP" COMO FORMA DE REPRESSÃO

Como mais adiante se verá neste artigo, a repressão toma as mais variadas formas. Assim, as chamadas "operações-stop" não mais são que uma forma de repressão. A este respeito escreve ainda a agencia noticiosa "Novaport", numa notícia datada de 21 de Novembro: "Durante os últimos tempos, a PSP e a GNR, em estreita colaboração com a PIDE, agora baptizada DGS, têm procedido diariamente a inúmeras operações-stop em várias cidades e vilas de Portugal. As brigadas de repressão fascista aproveitam a capa de 'velar pela segurança nas estradas' e da 'procura de automóveis roubados' para procederem a milhares de identificações dos cidadãos que se deslocam em qualquer tipo de veículo, controlando os seus movimentos e bagagens.

"O governo de Marcelo esconde também a forma como são efectuadas estas frequentes revistas dos veículos bem como a sua grande frequência e amplitude." "Novaport" elabora em seguida um relato das "operações-stop" realizadas na região de Lisboa, Cascais e Sintra do dia 1 a 15 de Novembro. O relato tem como base informações do jornal fascista "Diário de Notícias". Verifica-se que em 15 dias houve 9 "operações-stop". O número de pessoas identificadas vai de 355 a 695 por dia. "Novaport" continua: "Partindo destas informações, que não devem pecar por exagero, é de notar que, durante os primeiros 15 dias de Novembro, só na região de Lisboa e arredores, as brigadas da repressão fascista procederam a mais de 7 000 identificações, controlando os movimentos de um número muito superior de indivíduos e inspeccionando largos milhares de veículos e toda a espécie de viaturas.

"Por seu lado, os jornais regionais noticiam quase diariamente operações similares, levadas a cabo pelas forças repressivas de toda a província, o que eleva a muitas dezenas de milhares os indivíduos indenticados e cujas viaturas são revistas num só mês.

(cont.)

## "FINALIDADE POLITICA"

"Novaport" conclui: "Esta forma de repressão e controle da actividade dos cidadãos portugueses, que se cobre de pretextos legais, tem uma finalidade política, se bem que os esbirros marcelistas se aproveitem dela para lancar multas, em especial contra a população trabalhadora. Na última dezena de anos, ela tem-se intensificado e aperfeiçoado, mobilizando grandes forças policiaes, que são, assim, exercitadas em grandes acções conjuntas de barragem das principais vias de acesso e passagem dos centros populacionais. O seu carácter político está bem expresso no facto de estas operações-stop se verificarem mais assiduamente, e com redobrada vigilancia, nas zonas industriais de Lisboa, Porto e Setúbal, onde as organizacoes proletárias desenvolvem maior accao." (3)

### REPRESSÃO: UMA CONSTANTE DIARIA

Tem-se escrito nos jornais suecos que a repressão em Portugal tem aumentado. De facto assim é. Mas a repressão aumentou, porque também aumentou a luta do povo português contra o fascismo. Mas acerca dela não se escreve. Ou, quando se escreve, são panfletos mais ou menos romantizados que mistificam em vez de esclarecer.

A repressão em Portugal não é apenas a Censura, a PIDE e as prisões políticas. A exploração económica é repressão, e traz consigo outras formas de repressão. As greves são proibidas em Portugal, mas elas não são tão invulgares como a falta de notícias acerca delas pode fazer crer. As greves são duramente reprimidas em Portugal pelas forças da repressão fascista. Os salários escravos obrigam à emigração: nos últimos 10 anos mais de 1 milhão de portugueses foram obrigados a emigrar. A repressão económica traz consigo outros tipos de repressão: cultural (o não acesso à cultura em geral, ao liceu e à universidade para os quais é preciso pagar propinas caras), repressão social, moral, etc.

A repressão é uma constante diária que se verifica a todos os níveis e nos mais pequenos detalhes. Ela é a maneira de cumprimentar o professor da escola primária (que faz o primeiro indoctrinamento oficial das crianças portuguesas), o pároco da aldeia (o agente da repressão religiosa, tão importante ao fascismo), o sistema burocrático, que muitas vezes é pura e simplesmente repressão política (por exemplo, os empregados do estado -- o estado é quem emprega mais pessoas no país -- tem de assinar uma declaração onde juram não ser comunistas, entre outras coisas), etc.

A repressão policial é que toma formas mais evidentes e "escandalosas". Daí algum do seu atractivo para certos jornais estrangeiros. Para a efectivar há prisões especiais (como por exemplo a já nomeada prisão de Caxias), que encerram os portugueses que lutam contra o fascismo; há uma policia política que persegue e aprisiona esses portugueses (a PIDE-DGS, criada nos moldes da GESTAPO); há diversas formas de tortura, que ou matam ou fazem inválidos; e há o assassinio puro e simples.

### REPRESSÃO E INFORMAÇÃO

Apesar da repressão policial ser a ponta de lanca de todo o sistema repressivo português, há que escrever acerca de todo o sistema, que dela necessita para subsistir. E o sistema não é apenas o sistema português. Ele ultrapassa as fronteiras portuguesas.

Assim, quando os jornais suecos escrevem acerca da repressão em Portugal, é invariavelmente acerca da repressão policial. Mas nem essa é objectivamente descrita. Fazem-no em geral acerca de um preso e nunca acerca de todo o sistema que o aprisionou, e raramente porque ele foi preso.

Outras vezes, os factos são simplesmente ignorados. Esta distribuição arbitrária de notícias e a importância que se dá a certos factos que não se dá a outros, não tem só a ver com o carácter sensacionalista da imprensa burguesa sueca (e, evidentemente, não só da sueca), com politica jornalística, mas também com os interesses que estes jornais defendem.

O estudante Ribeiro Santos foi assassinado pela PIDE. Ele concorrera às eleições da Faculdade de Direito de Lisboa pela lista "Pela Universidade do Povo". A sua lista foi eleita e ele fez parte da direcção durante um ano.

Ribeiro Santos não é apenas um estudante que levou um tiro da PIDE. Ele representa uma parte da luta do povo português contra o fascismo -- a luta dos estudantes  
(cont.)

por uma universidade que sirva os interesses do povo, e não os dos monopólios nacionais e internacionais.

Ao assassinio de Ribeiro Santos foram dedicadas <sup>algumas</sup> linhas no jornal sueco "Dagens Nyheter" ("Notícias do Dia") (4) nos dias 14 e 15 de Outubro. Algumas das informações estavam erradas. Não apareceu posteriormente qualquer errata.

A luta do povo português parece ser de pouco interesse para os jornais suecos. Mais interessante é a Lisnave, estaleiro naval com 20% de participação sueca. Tomemos como exemplo o jornal "Dagens Nyheter", que muito se tem interessado pela Lisnave (5).

Este jornal dedicou à Lisnave, no dia 11 de Janeiro de 1972, 1/8 da primeira página, e quase uma página inteira da secção "Comércio e Economia", nesse mesmo dia. No dia seguinte, dia 12, mais um pouco de publicidade grátis é oferecida à Lisnave e às suas parceiras suecas, as empresas Kockums e Eriksberg, num artigo que ocupa um pouco mais de meia página. Os entrevistados são directores e administradores. Nenhuma entrevista com um operário, nem uma palavra acerca da greve que decorria entretanto e na qual foram presos 40 operários Cabo-Verdianos (esta greve foi noticiada alguns dias mais tarde, por este mesmo jornal, num total de 6 linhas). Os artigos sobre Portugal continuam e no dia 13 os presos políticos são romantizados num 1/4 de página. No dia seguinte, dá-se a palavra a um ministro fascista, o ministro da Educação, Veiga Simão. Nenhuma entrevista com um estudante ou com um membro de uma associação. No dia 23, fala-se então na classe trabalhadora portuguesa num artigo dedicado à emigração. A oposição em geral, também é dedicado um artigo onde se goza abertamente com as necessidades da vida clandestina. Os artigos eram da autoria de Harald Hamrin, enviado especial, e "especialista em países fascistas".

#### RIBEIRO SANTOS: UMA MORTE NA LUTA CONTRA O FASCISMO

A luta do povo português nunca é relatada. É preferível descrever encontros secretos nas trazeiras de pequenas lojas ou o silêncio das prisões, como nos artigos sobre a oposição e as prisões políticas.

O assassinio de Ribeiro Santos é uma morte na luta contra o fascismo.

A Lisnave é hoje uma das mais rentosas empresas portuguesas, na qual participam duas empresas suecas.

#### Notas:

- (1) ISCEF - Instituto Superior de Ciências Económicas e Financeiras
- (2) Novaport no. 8 de 15/11/1972
- (3) Novaport no. 9 de 1 de Dezembro de 1972
- (4) O maior jornal da manhã sueco; 350 000 exemplares por dia; do formato do "Diário de Notícias"; serve os interesses do Folkpartiet ("Partido do Povo") um dos partidos do centro; pretende-se no entanto "neutral".
- (5) Ler noutra local, neste boletim, o nosso artigo sobre o imperialismo sueco em Portugal.

#### O A C O R D O E N T R E O M P L A E A F N L A

Segundo informação do representante do MPLA em Estocolmo, foi definitivamente assinado um acordo entre o MPLA (Movimento Popular para a Libertação de Angola) e a FNLA (Frente Nacional de Libertação de Angola), que culmina os esforços citados por Agostinho Neto na entrevista da página 13. O CDPE retomará este assunto no seu próximo número.

## INFORMAÇÕES

### VITÓRIAS DAS FORÇAS PATRIÓTICAS DE MOÇAMBIQUE CONTRA O EXERCÍTO COLONIAL PORTUGUÊS

Paris, 6/Nov/72 (Novaport). A representação da FRELIMO (Frente de Libertação de Moçambique) em Dar-es-Salam publicou, a 27 de Outubro, um comunicado onde anuncia que as forças armadas patrióticas de Moçambique obtiveram novas vitórias na província de Manica e Sofala.

O comunicado diz que de fins de Julho a princípios de Agosto os guerrilheiros moçambicanos lançaram vários ataques nas regiões de Mandie, Mungari, Vila Gouveia e Chemba (província de Manica e Sofala), causando perdas materiais e humanas às forças colonialistas.

Na região de Mandie, a 29 de Julho, uma unidade de guerrilheiros que tinha montado uma emboscada danificou seriamente um veículo militar inimigo, tendo morrido vários soldados do exército colonial português. No dia 6 de Agosto, um camião militar que se dirigia a Mandie, foi assaltado pelos patriotas, tendo havido vários mortos e feridos entre as forças portuguesas.

Na região de Mungari, as forças armadas moçambicanas atacaram, a 25 de Julho, um acampamento inimigo em Massi, causando 11 mortos às forças colonialistas. No mesmo dia, os guerrilheiros atacaram outro acampamento em Catanguireni, causando 7 mortos e numerosos feridos ao inimigo. No dia 29, na região de Goera, um destacamento colonialista de 4 camiões foi atacado por guerrilheiros emboscados que destruíram um dos camiões e danificaram outro, matando e ferindo vários soldados.

Na região de Vila Gouveia, uma unidade de combatentes da FRELIMO interceptou, a 25 de Julho, um destacamento inimigo de 7 camiões, que se dirigia para a barragem de Cabora-Bassa. No dia 3 de Agosto, os guerrilheiros atacaram, em Mungari, um posto administrativo onde estava estacionada uma companhia do exército colonialista, causando-lhe pesadas perdas.

1/Dez/72 (Peking Review 48). A guerrilha moçambicana infligiu mais de 100 perdas nas tropas coloniais portuguesas em ataques entre meados de Agosto e os fins de Outubro, em regiões da província de Cabo Delgado, segundo um comunicado militar publicado pela FRELIMO em Dar-es-Salam, a 13 de Novembro.

A guerrilha lançou estes ataques nos postos e quartéis militares portugueses, destruindo 8 camiões e capturando grandes quantidades de material de guerra.

Em Agosto e Setembro passado as forças patrióticas de Moçambique atacaram 8 postos militares dos colonialistas portugueses e lançaram 13 grandes operações de sabotagem e emboscadas na província de Tete, matando mais de 170 soldados inimigos, segundo um comunicado publicado a 6 de Novembro.

### MORTOS NA GUERRA COLONIAL

Segundo os serviços de informação colonialistas foram mortos nos últimos 6 meses 325 soldados portugueses na guerra colonial em África. Estas notícias são imprecisas e não contam com os soldados que vem a falecer depois de terem dado entrada em hospitais. (Os números referem-se aos meses de Maio a Outubro).

### OS PRESOS DA PRISÃO DE PENICHE FAZEM

#### GREVE DA FOME

Estocolmo, 26 de Dezembro de 1972. Segundo fomos informados o advogado Arouca, único africano de Moçambique formado em Direito, membro da FRELIMO e preso na prisão política de Peniche, começou uma greve da fome. Quase todos os presos aderiram à greve encontrando-se entre eles o Padre António de Andrade também membro da FRELIMO. Através da greve da fome Arouca protesta contra as arbitrariedades da justiça fascista. Arouca requereu Habeas Corpus, que segundo o direito fascista, lhe deveria ter sido concedido. A greve da fome começou a 24 de Dezembro.

E C O N O M I A

Nesta secção do Boletim procurar-se-à analisar, neste e em próximos números, a exploração fascista e imperialista em Portugal e os agentes dessa exploração.

Neste número descreve-se o problema em traços gerais abrindo o caminho para futuros artigos, comentários e divulgação de notícias acerca da exploração a que o fascismo português e o imperialismo submetem o povo português e em especial a classe operária.

O S I N T E R E S S E S S U E C O S E M P O R T U G A L

Recentemente, um grupo de capitalistas suecos fez uma visita a Portugal. Aí, a alta burguesia portuguesa, amável e servil, esmerou-se em recebe-los. Primeiro, encheu-lhes o papo na região turística de Cascais e depois levou-os a visitar as fábricas que eles possuem em Portugal. Essas mesmas fábricas que lhes enchem o papo quando estão na Suécia.

Estas visitas já se tornaram curriqueiras nos jornais fascistas portugueses.

A infiltração capitalista sueca não é novidade em Portugal. Começou com o grupo Wicanders Kork (cortiças) cerca de 1927. Em seguida, as grandes empresas monopolistas internacionais como SKF (aços), Electrolux (equipamentos eléctricos), STAB (fósforos) entraram em produção cerca de 1930. A STAB estabeleceu-se, desde muito cedo, em vários países do mundo tendo as suas vendas para o estrangeiro representado 93% das vendas totais. Mais tarde, estabelecem-se em Portugal empresas de vendas (agentes dos grandes produtores suecos) que vieram exercer um controle importante da economia portuguesa.

Esta expansão ganhou força a partir de 1965 e, em 1970, o número de grandes empresas estabelecidas em Portugal ultrapassa já a casa dos 50. Elas dedicam-se principalmente à indústria textil, pasta para papel e metalurgia.

Porque é que os capitalistas suecos se voltaram para Portugal?

Hoje em dia o imperialismo, para sobreviver, não se pode limitar a explorar as fontes dos recursos. Tem de controlá-las.

O capitalismo sueco atravessa, assim como o capitalismo mundial, mais uma crise. Dia a dia fábricas são obrigadas a fechar as suas portas. Só dentro da metalurgia, em relação ao ano anterior, a falência subiu a 140%, o volume da produção total de algumas das maiores fábricas não é utilizado, mercados para certos produtos comecam a encolher, as "racionalizações" e outros problemas estruturais desempregaram já mais de 100 000 trabalhadores, etc., etc..

Isto não é mais do que uma consequência das contradições internas do sistema capitalista. Os capitalistas queixam-se que a sua actividade não dá rendimento, isto é, veem a sua taxa de lucro a decrescer; que a produção tem de ser "reorganizada"; que o mercado de consumo se mostra difícil.

Face a estas dificuldades crescentes exploram-se outros povos. No entanto, a par com esta pilhagem, as potências imperialistas disputam-se também entre si, e entre si também há aqueles que se desenvolvem à custa dos mais fracos. Nestes termos sómente uma exportação do capital não chega e, de uma fase defensiva, passa-se a uma estratégia global: capitalismo monopolista.

Face a estas crises estruturais que fazem os capitalistas?

Harald Lund, um dos representantes do capitalismo sueco (1) diz, claramente no relatório "Investimentos de empresas suecas no estrangeiro":

"...apesar de uma racionalização intensa, o peso da rentabilidade decrescente tem sido muito grande.(...) A falta de recursos, os altos custos na Suécia, as dificuldades de comércio e a necessidade de estar representado com a produção no mercado local [redacted], fizeram do estabelecimento de empresas de produção no estrangeiro uma alternativa cada vez mais actual."

Para levarem a cabo os seus projectos, os capitalistas suecos tem aumentado constantemente as exportações para Portugal, assim como o estabelecimento de empresas de produção e de vendas, participação no capital de empresas portuguesas, venda de serviços, etc. A prová-lo vemos como o Banco da Suécia tem autorizado os investimentos directos para Portugal, como regra geral.

Não é certamente no interesse dos trabalhadores suecos que os patrões fecham as suas fábricas aqui na Suécia, põem os trabalhadores na rua e depois transferem os "seus" capitais para Portugal. O comércio com Portugal serve os interesses do capital monopolista e da burguesia suecas.

Pois, numa sociedade de classes, o Estado não se baseia no nada. O Estado e os burocratas governamentais suecos representam apenas os interesses da classe que está no poder - a burguesia - e não os interesses da classe que realmente produz riqueza - a classe trabalhadora.

Por outro lado, em Portugal, o governo fascista e a burguesia financeira, agora no poder depois da luta contra o nacionalismo isolacionista dos grandes latifundiários apoiados nas teorias isolacionistas de Salazar, ligam-se cada vez mais aos interesses internacionais.

Esta necessidade de se submeterem e aliarem à burguesia internacional é uma consequência das contradicções internas e da estrutura do sistema económico em Portugal. É também uma consequência das dificuldades económicas e políticas levantadas pela guerra colonial.

Portugal apresenta condições vantajosas ao imperialismo internacional. O regime fascista gastou com a guerra colonial, só em 1971, 15 milhões de contos, segundo dados oficiais, o que representa 41,8% do valor global das despesas do Estado (2). Por isso, precisa em grande parte de substitutos para o capital empatado na guerra, ao mesmo tempo que, para conservar as colónias, as abre à pilhagem do imperialismo internacional.

Em África "defende-se a Civilização Ocidental", na Europa "mantem-se a Ordem e o Progresso". É precisamente disto que quer e precisa o imperialismo:

(...)"As agências internacionais não podem aceitar mudanças nos países em desenvolvimento que possam por em perigo a estrutura do actual comércio internacional, o investimento privado estrangeiro, o pagamento regular de dívidas e de serviços e ainda outros interesses mais ou menos gerais dos países capitalistas desenvolvidos ou de países credores. Há uma forte ênfase política das agências nas suas exigências e nos princípios da actividade empresarial livre, assim como nos mecanismos do mercado, no respeito pela propriedade privada dos nacionais e, em especial, da dos estrangeiros. A necessidade de mudança é até certo ponto consentida; mas a prioridade absoluta é a estabilidade."(sublinhado nosso)(3).

Portugal apresenta essas condições necessárias para o imperialismo sueco. A ditadura fascista garante não haver mudança de política em relação à pilhagem imperialista. A "boa vontade" fascista exprime-se por todas as conferências europeias onde os representantes do regime propagam todas as vantagens que o país oferece aos investimentos estrangeiros:

- empresas que em Portugal se estabeleçam, podem ser inteiramente financiadas com capital estrangeiro, excepto em certos casos como, por exemplo, a indústria de guerra;
- entrada e saída livre de acções e papel de valor;
- autorização geral para transferência de lucros para fora do país.

Subsídios e isenção de impostos entram também no negócio.

Estas e muitas outras facilidades dão a possibilidade à Suécia de "ter entrada em mercados, os quais, por razões diversas, tem estado ou se tem tornado mais ou menos fechados à exportação sueca" (4).



No relatório acima citado, é constantemente referida a necessidade de se conservarem certos mercados debaixo de empresas localizadas no mercado de vendas.

O mercado português apresenta-se assim como ideal. As vantagens que apresenta permitem também ao capitalismo por mais um remendo na luta para sobreviver às suas contradicções internas. Face à já citada taxa de lucro decrescente e, não podendo aumentar a taxa de exploração dos trabalhadores dos seus países, as grandes empresas internacionais desperdiçam recursos, não utilizam a capacidade de produção das fábricas, gastam milhões com publicidade, alimentam guerras para manter com vida o sector da indústria de guerra ou das indústrias adjacentes, importam mão-de-obra mais barata, exportam capitais para o estrangeiro, destroem concorrentes, etc..

Foi por estas razões que se estabeleceram, até hoje, as ditas 50 empresas suecas, em Portugal. O imperialismo sueco concentrou a sua actividade nos sectores que mais lhe interessavam, nomeadamente, na indústria textil, na indústria do papel e docas de reparação.

A explicação que Harald Lund dá para a indústria textil exprime bem as intenções dos capitalistas suecos:

"Dentro deste sector de actividade tem o estabelecimento, mais do que em qualquer outro sector, sido motivado pelo acesso a factores de produção mais baratos - principalmente mão-de-obra - que fazem com que a Suécia possa concorrer em primeira mão com os baixos preços de importação não-europeus (...). Cerca de 20% da produção em empresas suecas no estrangeiro, dentro deste sector, exportam para a Suécia. Em certos países - Portugal e Holanda - é essa quantidade ainda maior".

As estatísticas oficiais, referentes aos lucros das empresas suecas no estrangeiro, são consideradas secretas, assim como o capital verdadeiramente controlado pelas suas filiais estrangeiras. No entanto, e para começar, o efeito da exploração imperialista sueca pode ser analisada indirectamente através de

- inquéritos feitos junto de empresas suecas,
- do nível de vida do povo português e nível de salários,
- do capital investido em Portugal, vendas e transacções.

Receosos de mostrarem a cara dos seus negócios, o que é uma das provas da sua actividade exploradora, os imperialistas mostram-se reservados. Mesmo assim dizem que os investimentos em Portugal se tem revelado "um bom negócio". Esta afirmação em público e, dado o cuidado em que o imperialismo põe em esconder os seus negócios, mostra bem a mama que Portugal representa para eles e para os seus confrades portugueses.

A situação da classe trabalhadora portuguesa e da pequena burguesia tem-se vindo a agravar:

Remunerações médias mensais, 1970  
(tendo em conta o poder de compra)

Estados Unidos	15 860 (escudos)	Hungria	3 400 (escudos)
Dinamarca	13 090	Espanha	3 400
R. F. Alemã	12 920	Bulgária	2 805
Holanda	9 435	Roménia	1 210
Inglaterra	9 010	<u>Portugal</u>	<u>1 210</u>
Suiça	8 925		
Bélgica	8 500		
França	7 395		
Austria	6 460		
R. D. Alemã	5 865		
Japão	5 440		
Checoslováquia	4 760		
Jugoslávia	4 375		
URSS	3 910		
Polónia	3 825		

Percentagens de aumento de preços para o consumidor,  
entre Maio 1971 e Maio 1972 - Fundo Monetário Internacional -

Turquia	17,8%	: Austria	6,0%
Portugal	14,2	: Dinamarca	6,0
Jugoslávia	14,0	: França	5,5
Irlanda	9,1	: Japão	5,4
Holanda	7,7	: R. F. Alemã	5,1
Espanha	7,3	: Itália	5,0
Austrália	7,0	: Bélgica	4,7
Suécia	7,0	: Canadá	4,3
Noruega	6,8	: Estados Unidos	3,3
Suiça	6,3	: Grécia	3,2
Inglaterra	6,1	:	

É certo que o estado de dependência, exploração e enfermo desenvolvimento económico de Portugal não é causado exclusivamente pelo imperialismo sueco. Para compreender a situação há que ter em conta a acção conjunta do capitalismo e da burguesia portuguesa, a guerra colonial, o imperialismo mundial, em especial o americano e o alemão. Mas à Suécia cabe uma grande fatia. No Boletim da EFTA no. 3, de Abril de 1972, pode-se verificar que no que respeita às exportações portuguesas em 1971, Portugal só exportou mais mercadorias para a Inglaterra, velho "aliado" explorador. O montante subiu a 233,5 milhões de dólares (6 071 milhões de escudos). Em segundo lugar vem a Suécia com 57,8 milhões de dólares. Em relação a 1970 representa este número um aumento de 14,8%.

Para as importações o panorama é idêntico. Em relação ao total das importações portuguesas, a Suécia ocupa o terceiro lugar com 48,5 milhões de dólares.

Que à Suécia cabe uma grande fatia desta exploração, não há dúvida. Pois que fazem os chefes das empresas suecas quando os operários portugueses entram em greve? Chamam a polícia como aconteceu, por exemplo, na Lisnave em Janeiro de 1972. Como as greves são proibidas e duramente punidas pelo fascismo com penas de prisão que vão até vários anos, operários que defendam os seus interesses são apontados pela firma como "elementos subversivos" e imediatamente presos pela criminosa PIDE. As empresas suecas aceitam as leis do corporativismo fascista e as leis gerais do direito comum. Isto é, participam no sistema repressivo português e colaboram com ele.

No que respeita ao capital sueco investido em Portugal, Mats Björnsson refere, num quadro, a perspectiva global(5):

Grivo 1970 (milhões de coroas) (1 coroa = 5.50 esc.)	VENDAS 1970 (milhões de cor.)
Billerud	230
Kockums-Ericksberg	65 (grupo Lisnave)
Texteis	50
STAB	45
Restantes	50 (aproximação grosseira)
Soma	44 037
Soma 1965	32 milhões
Lisnave	166
Billerud	107
Textil	70
STAB	30
Restantes	30
Soma	237
Soma 1965	34 milhões

As empresas de vendas tem um activo calculado em 40 - 50 milhões.

Nota: Segundo o autor, outras cifras podem ser calculadas, mas isso depende de diferenças de definição dos conceitos empregados: activo, vendas, etc.

INVESTIMENTOS TOTAIS: bastante superior a 300 milhões

EMPREGADOS 1970

Lisnave	4 950
Textil	2 500
STAB	750
Billerud	500
Micander	250
ASEA Oberg	200
Restantes	200
Soma	4 600
Soma 1965	1 500

Estes números dão-nos, em parte, uma ideia da importância que a exportação de lucros destas empresas têm para a balança comercial sueca, da dependência cada vez maior da economia portuguesa da importação de capitais, do tamanho das empresas suecas que se estabelecem em Portugal e do seu controle sob o mercado português.

"O comércio internacional entre os povos livres e solidários é uma necessidade. Isso não se põe em causa. O que se põe em causa é a estrutura do capitalismo servido pela ideologia dos economistas burgueses. Para as suas actividades internacionais eles **construíram** a teoria do comércio externo, que parte de posições que eles não explicam e que levará à "igualdade" dos povos. Significativo é que nessa teoria nunca aparece a palavra exploração..." (6)

Na Albânia, onde a classe trabalhadora já se libertou do capitalismo e da burguesia, afirma-se o que em Portugal ainda é reprimido:

"O que é na verdade a "ajuda" que eles nos querem dar através do crédito? Isso significa vender-lhes o nosso país, permitir aos capitalistas e revisionistas investir o seu capital na Albânia para chuparem o sangue e o suor do povo albanês, para que assim nos tornássemos satélites dos grandes monopólios e metrópoles e adoptássemos o seu modo de vida degenerado, para que a sociedade de consumo fosse estabelecida segundo os seus princípios, para que as antigas classes exploradoras, com todos os males do actual capitalismo-revisionismo, fossem revividas e refortalecidas no nosso país. O povo albanês não aceita isso, pois eles estão conscientemente de todos esses perigos, porque o partido e eles próprios estão vigilantes e não caem em erros." (7)

#### Notas:

- (1) Harald Lund, "Um Relatório da Iniciativa do Grémio Sueco da Industria, Grémio Patronal Sueco e Grémio de Exportação", 1967.
- (2) NOVAPORT No. 8 de 15 de Novembro de 1972.
- (3) Häften för Kritiska Studier (revista mensal de estudos teóricos) No. 5/1972, trabalho de Theresa Hayters.
- (4) Ver (1).
- (5) Mats Björnsson, trabalho apresentado na Universidade de Estocolmo, 1972.
- (6) Ver (3).
- (7) Hsinhua News, Dezembro de 1972

(continuação)

#### ENTREVISTA COM AGOSTINHO NETO

Isto será cada vez mais necessário à medida que formos avançando e precisamos de um controle político mais sério em todas as regiões que nós controlamos — e depois da independência também. Porque os portugueses vão resistir, formar partidos, talvez mesmo governos.

É portanto necessário que o movimento, com a fórmula muito larga de recrutamento que nós temos, seja politicamente mais sólido.\*

SOBRE A VIINDA PARA A SUÉCIA

Segundo a opinião dos próprios movimentos de libertação, uma das maneiras de apoiar a luta em África é fomentar a deserção do exército colonial português. Contudo, à medida que a conjuntura mundial se agrava, a situação dos refugiados portugueses na Europa, no que respeita à sua aceitação e recepção, piora. Mesmo na Suécia, talvez até aqui o país mais aberto aos jovens portugueses, é necessária uma luta constante para evitar que as portas se fechem e/ou que as regalias sociais até agora concedidas não desapareçam. Eis a razão porque o CDPE se ve obrigado, para conseguir ter força nas suas reivindicações, a apoiar-se sempre em bases jurídicas e políticas muito fortes, nos casos em que a lei burguesa não toma em conta factos políticos concretos (existência de tratados mais ou menos secretos, ocorrência de raptos, etc).

Salvo raras excepções, o CDPE não apoia casos de refugiados que estão legais noutros países mas que por razões do tipo "querer estudar", "fazer turismo" ou outras idênticas, para cá se dirigem.

Entretanto a "praxe" sueca é a seguinte - como rotina, após o pedido de asilo político, o Departamento Nacional de Imigração (Statens Invandrarverket) levanta a possibilidade de deportação para o país de origem ou países de passagem. Em seguida, remete o caso a uma assembleia interna, Comissão de Estrangeiros (Utlänning snämnden), para que esta dê o seu parecer no que respeita à existência ou não de obstáculos à respectiva deportação.

Até agora a deportação para Portugal só tem sido levada a cabo em casos de rapazes menores de 17 anos, devido à dificuldade de provarem a intenção da sua decisão política. No entanto, isto está muito dependente do clima político da opinião pública sueca de momento. A deportação para países de passagem já tem sido tentada em casos de estadia superior a 15 dias em algum deles. O facto de não existir nada na lei sobre o número de dias que se pode parar de passagem num país sem aí se ser obrigado a pedir asilo, é também objecto de luta intensa. O que aqui se deve concluir é a importância de se vir, tanto quanto possível, directamente (ou que os carimbos no passaporte sejam favoráveis a uma tal interpretação).

Quanto mais cedo se contactar o CDPE melhor (se possível antes da chegada). Segundo a lei deve-se comunicar logo na fronteira que se pretende pedir refúgio político na Suécia. Todavia, devido a ser vulgar a polícia impedir ilegalmente a entrada a quem tal o faça, o melhor é, tendo-se dinheiro (umas 500 coroas) e passaporte, dizer que se vem como turista. Depois de se estar dentro do país já não podem expulsar sem mais nem menos. É que, apesar da lei falar de expulsão imediata de quem mente, não podem nunca mandar ninguém para um país onde o refugiado corra riscos de perseguição por motivos políticos, religiosos, etc., o que é o caso de Portugal para comprovados desertores e refractários (isto no caso de se ter vindo directamente).

Além disso, é de muito grande importância que se tome contacto com o CDPE antes da entrevista com a polícia para que, com a ajuda de advogados experientes, o caso possa ser estudado com antecedência. A prontidão da ida à polícia é uma vantagem, mas de importância relativa. A necessidade de contactar advogado é sempre uma explicação aceitável para um atraso menor. O Comité garante a todos os refugiados que a ele se dirigem, assistência jurídica e ajuda nos primeiros tempos de estadia.

Para portadores de passaportes falsos ou não válidos para os países nórdicos é importante saber que, segundo uma convenção escandinava, são obrigados a pedir asilo no primeiro país deste bloco a que se chegue. Assim, pretendendo-se pedir o asilo na Suécia, a única solução é vir directamente de avião ou barco, evitando-se pois o carimbo da polícia dinamarquesa ou norueguesa e conseqüente obrigação de aí ter de se pedir o asilo.

Uma vez ao ser dada resposta positiva ao pedido, recebe-se exclusivamente o estatuto de "asilado humanitário". Este estatuto dá direito a licenças de estadia e de trabalho renováveis anualmente. O estatuto de asilado político só tem sido dado

(Continua pág.18)

ENTREVISTA COM ACOSSIMIO NETO, PRESIDENTE DO MPLA, JULHO 1972 (1)

P: Como se desenvolveu a luta armada durante o ano passado?

A. Neto: Sobre esse problema da nossa luta militar - as nossas acções militares subordinadas aos objectivos políticos para a conquista da independência - nós começamos a luta armada porque Portugal não quis discutir connosco a solução política.

Quero em seguida falar de alguns aspectos da nova situação existente tanto em Portugal como em Angola. Últimamente, com o desenvolvimento da guerra, há evidentemente reacções em Portugal e também reacções em Angola.

Os políticos portugueses não são todos da mesma opinião sobre as guerras coloniais. Alguns políticos portugueses querem fazer uma espécie de "liberalização" nas colónias. Deles faz parte Marcelo Caetano, que propôs uma "autonomia" administrativa. Certamente, a Assembleia Nacional Portuguesa encontrará uma lei que mude a designação das colónias de "províncias ultramarinas" para "estados". Uma parte dos políticos portugueses - principalmente os militares - são contra isso e querem preservar o status quo.

Em Angola, mesmo os colonos estão também inclinados a separar-se da metrópole e a fazer uma espécie de rodésiação. Querem uma autonomia em que o poder estará nas mãos dos colonos, dos brancos. Esta ideia é também partilhada por alguns políticos em Portugal. Os planos que existem agora para aumentar o número de colonos, sobretudo com projectos como o de Cunene e outros projectos de colonização, mostram claramente que eles querem aumentar o número de colonos para manter a sua dominação. Isso dar-lhes-ia vantagens económicas e políticas, e Portugal poderia continuar a explorar as nossas riquezas.

Há também o aspecto estratégico de Angola, que tem um papel muito importante na África Austral. O regime sul-africano está muito interessado em manter a situação na mão dos portugueses.

Diante desta atitude dos políticos portugueses e também dos colonos, o nosso povo responde sempre com a luta. Desenvolvem-se neste momento acções muito importantes nas cidades, sobretudo em Luanda. Isto não é especialmente conhecido porque a imprensa portuguesa passa estas acções sob o silêncio e muito poucas notícias sobre elas chegam ao exterior. Mas nós sabemos que há uma acção muito importante da parte dos operários e dos estudantes em Luanda e noutras cidades, como por exemplo Malange e Nova Lisboa. No princípio deste ano, dezenas de prisões encheram-se com certas células do nosso movimento. Mas o movimento continua a agir.

Vemos também a revolta na região de Cunene, ao Sul de Angola, essa região a que chamam Ovambolandia. Essa revolta foi também muito importante e teve uma participação muito grande das massas angolanas. E continua a desenvolver-se. Estes são aspectos que mostram que o nosso povo está sempre pronto a continuar a luta.

É esta prontidão para a luta que fez com que nos últimos meses nós pudéssemos desenvolver ainda mais a nossa quinta região. É a região onde a nossa guerrilha avançou numa proporção significativa. Na região de Bié mobilizámos ainda mais gente e reorganizámos a agricultura. Os portugueses estão agora a ser atingidos no coração de Angola - na região onde há uma concentração muito grande de portugueses e também dos interesses económicos mais importantes.

Na região Este de Angola, os portugueses utilizam sobretudo a aviação para destruir as forças patrióticas. Com bombas, helicópteros e herbicidas eles tentam destruir a vida da população. Evidentemente que eles agora se encontram fechados nos seus postos, que nós atacamos regular e periodicamente. Eles deixam por vezes os postos, mas nunca para fazer acções importantes.

(cont.)

Nota (1): Entrevista concedida à revista sueca "Kommentar" e publicada no seu nº 9 de 1972. A tradução do original em francês é da responsabilidade da redacção deste Boletim.

Na Lunda não avançámos muito este ano, visto termos perdido alguns dos nossos quadros. Tanto o comandante da região como o comissário político foram mortos em combate, e não pudémos até agora substituí-los. Portanto, devido à falta dos responsáveis dessa região, não a pudémos desenvolver satisfatoriamente. Esperamos, no entanto, poder no próximo ano fazer melhores acções nessa região.

Em Cabinda, ao Norte, a participação da população na luta armada aumentou este ano. Em anos anteriores tivémos certas dificuldades em Cabinda, porque os portugueses tinham conseguido enganar a população dizendo que Cabinda não fazia parte de Angola, que eram angolanos que queriam colonizar Cabinda e que era preciso negociar directamente com os portugueses. Portanto, como eles diziam, os portugueses estariam interessados em dar uma certa autonomia, mas primeiramente era preciso combater o MPLA. Os portugueses organizaram também uma milícia para combater contra nós.

Mas surgiu a decepção: os habitantes de Cabinda viram que os portugueses queriam apenas manter a situação existente e continuar a explorar o seu trabalho. E este ano começámos a fazer acções mais importantes, tanto na região do norte, que já controlamos, como na do sul.

Cabinda tem uma importância muito especial devido a ser muito rica em petróleo. É a Gulf Oil Company que o explora em grande escala, o que é um factor importante. Até agora não tivémos quaisquer informações sobre a presença de tropas americanas em Cabinda, mas há um certo número de técnicos e peritos militares na região.

Temos ainda a primeira região, no Norte - onde a luta foi desencadeada - que continua a ter a mesma dificuldade devido a falta de reabastecimento. Nesta região não conseguimos desenvolver a luta de uma maneira satisfatória. Mas eu creio que, neste ou no próximo ano, a situação será diferente com a mudança, que esperamos seja efectiva, na posição da República do Zaire (2).

Portanto para resumir a situação nas diferentes frentes: temos uma situação estável na terceira região (Ioxico e Cuango-Cubango), um certo atraso na luta na quarta região (Lunda) e um progresso na quinta região (Bié).

P: Ouvimos dizer que vocês têm agora armas mais modernas. Significa isso que também tem possibilidades de fazer uma defesa anti-aérea?

A. Neto: Sim, nós temos agora melhor e mais moderno equipamento militar. E isso permitiu-nos utilizá-lo contra os portugueses, atacar por exemplo os postos portugueses com morteiros. Mas não pudémos organizar eficazmente uma defesa anti-aérea por diferentes razões. Ainda nos faltam técnicos e até as armas eficazes. Temos armas que já estão um pouco antiquadas, metralhadoras, por exemplo, que às vezes podem ser eficazes mas que são precisas em grande quantidade para organizar a defesa de uma certa área. E essa é uma das nossas fraquezas, ainda não estamos muito bem organizados nesses aspectos. Mas para os combates de infantaria estamos muito melhor que anteriormente em todos os aspectos.

P: Modificou-se alguma coisa no que respeita ao problema de transportes desde o ano passado?

A. Neto: Este ano a situação é melhor que o ano passado. Aumentámos, de uma maneira satisfatória, o nosso sistema de reabastecimento e temos um maior número de veículos. Recebemos uma grande ajuda em camiões de muitos países e isso permitiu-nos organizar o nosso sistema de reabastecimento de uma forma mais regular. Temos também a possibilidade de reabastecer as diferentes zonas mais eficazmente. Mas as condições são as mesmas: as estradas são mas na estação das chuvas e é difícil avançar.

P: Existem mais ndandandas (3) do que antes e procuram os colonialistas aumentar a população das ndandandas?

A. Neto: Nos últimos tempos eles procuraram aumentar não o número de ndandandas, mas sim o número de habitantes das ndandandas. A tendência agora é fazer as

(cont.)

Notas (2) ver nota (4)

(3) as ndandandas são, em Angola, o equivalente das "aldeias estratégicas" criadas pelos imperialistas americanos no Sul do Vietname.

ndandandas em regiões onde elas ainda estão seguras, no planalto central, e abandonar as ndandandas que ficam perto da fronteira. Nas regiões que nós controlamos, e elas não conseguem aguentá-las por muito tempo. Há tem as ndandandas que estão protegidas pelos postos portugueses importantes, junto das cidades.

P: Mudaram também os portugueses a sua tática no que respeita a outras questões?

A. Neto: Não, eles utilizam sempre a mesma tática desde há três anos. Eles utilizam sobretudo a aviação para nos atacar e destruir a vida da população. Há evidentemente também a acção psicológica através da rádio e os panfletos que deitam nas aldeias - utilizando as dificuldades que nós temos, a falta de roupas e de medicamentos, por exemplo, para desmoralizar a população. Isto é feito de uma maneira sistemática para chamar a população que está connosco a uma integração na vida sob o controlo dos portugueses.

P: Os colonialistas utilizam também a tática de melhorar um pouco as condições sociais da população. Qual o significado dessa tática e o que é que o MPLA faz para lhe responder?

A. Neto: De facto, os portugueses também tentam corromper os angolanos para os manter sob seu controle. Tem acontecido haver aumentos de salários em certos domínios, por exemplo para os funcionários, e há certas oportunidades no comércio, coisa que não acontecia dantes para os angolanos. Eles concedem privilégios a certos camponeses, o que não havia antes, alguns fundos para o desenvolvimento da sua agricultura e para compra de gado.

E isto tudo com o fim de fazer com que os angolanos não sejam atraídos pela ideia de combater pela sua independência. Os colonialistas pensam que, se melhorarem a situação material da população, o grau de combatividade do nosso povo diminuirá. Isto, eles não são de facto acompanhados pelos colonos, porque existe uma dissociação entre a política do governo e os colonos. Os colonos são mais conservadores que o governo - talvez porque eles não compreenderam ainda a necessidade actual de uma mudança.

O governo abre agora mais escolas, mais liceus. Fizeram mesmo escolas superiores em Luanda, Nova Lisboa e Sá da Bandeira. São melhorias que podem beneficiar a população. No que diz respeito à instrução, por exemplo, nós encorajamos os jovens a instruírem-se. E é entre os estudantes - sobretudo entre os estudantes do ensino secundário - que há mais patriotas activos.

Mas é preciso dizer que há alguns angolanos que se deixam corromper, que abandonam a luta para viver a sua vida. Mas isso acontece apenas com uma pequena parte. Sobretudo nas cidades e entre aqueles que já dantes tinham um nível de vida mais alto. Eles querem apenas ganhar dinheiro, dinheiro, e viver a sua vida sem saber da luta pela independência.

Mas esta política de Portugal não tem dado até agora grandes frutos. Eles anunciaram por exemplo a sua intenção em criar unidades armadas angolanas para combater o MPLA. Mas não tem tido muita sorte. As unidades tem que ter oficiais brancos, oficiais portugueses. É impossível enviar um destacamento de angolanos a combater, porque a sua combatividade é muito fraca. E o número de desertores que existe em Cabinda, por exemplo, mostra como não existe no exército esse espírito de defender os portugueses. Vai-se porque se é obrigado a isso.

Nós fazemos pelo nosso lado uma acção de mobilização política através da rádio e por outros meios. Através da nossa rádio damos explicações, interpretações da acção portuguesa, tudo o que possa esclarecer a posição portuguesa perante a nossa luta.

P: Houve este ano uma certa aproximação entre o MPLA e a UNITA. Qual é o vosso fim com esta aproximação?

A. Neto: Esta aproximação deve ser vista à luz de toda a acção que nós começamos desde a fundação do nosso movimento. Já em 1956 falávamos no nosso primeiro manifesto sobre a unidade de todas as forças patrióticas em Angola. Durante estes

(cont.)

onze anos fizemos uma série de tentativas para a unificação com a MPLA. (As primeiras tentativas foram com a UPA, cujo leader era também Holden Roberto).

Durante o período em que a UPA tinha actividades no interior de Angola - isto é em 1961-63 - fizemos várias tentativas de aproximação. Mas foi a UPA que nunca aceitou unir-se com o MPLA. Eles apresentaram diferentes pretextos: que o MPLA era uma organização de intelectuais, que o MPLA era uma organização comunista, etc.

O que há de novo neste momento não é a iniciativa do MPLA - o MPLA sempre fez iniciativas. Temos documentos que mostram as diferentes tentativas de aproximação que nós fizemos. O que há de novo agora é que Holden Roberto aceitou falar connosco. Isto sim pode ser motivo de espanto, visto ele até agora se ter recusado a falar connosco.

Ora, a massa militante da MPLA exprimiu de uma forma muito clara que estava a favor da unidade. E ela contactou-nos, enviou-nos mensagens aprovando a nossa atitude de sermos sempre pela unidade. Quando tivemos um encontro com Holden em Brazzaville, a massa militante em Linshasa e noutras partes do Zaire organizou festas para sublinhar a sua alegria.

A vantagem imediata que teremos se o governo do Zaire realmente der licença de transito para o equipamento militar através do seu território, será um crescimento muito grande da luta armada na primeira região e também uma transformação do carácter da luta. Poderemos fazer guerrilha urbana, poderemos fazer diferentes tipos de ataque e até mudar os problemas no campo político. Nós poderíamos pressionar Portugal como nunca o pudemos fazer antes.

Não é apenas o problema do trânsito do equipamento militar para a nossa primeira região que determina esta insistencia do MPLA em alcançar a unidade. Há também o aspecto tático de conseguir o reabastecimento da frente, mas há simultaneamente o objectivo estratégico: a unidade do nosso povo.

A situação do Zaire é muito importante em relação a Angola. Há 2 000 km de fronteira comum e há um grande número de imigrantes e refugiados no Zaire - fala-se de cerca de 600 000 refugiados. Isto mostra-nos que é muito importante para nós mobilizar o povo que ali se encontra e que ele possa combater junto, unido sob a mesma bandeira. É preciso, no futuro, evitar o fraccionismo no país. O fraccionismo pode ser perigoso, como é o caso da África onde as diferenças tribais são ainda acentuadas. Nós procuramos hoje a unidade perfeita dos nossos combatentes. Nós procuramos para amanhã a unidade do nosso povo.

É por estas razões que nós damos esse passo. E eu não sei mas creio que, se conseguirmos um resultado positivo, isso trará vantagens tanto ao nosso povo como ao nosso movimento(4)

P: Ouvimos dizer que haverá este ano um congresso do MPLA. Quando?

A. Neto: Tomámos o ano passado a decisão de realizar um congresso este ano, mas eu não estou certo de que o possamos realizar este ano, visto as condições materiais não estarem ainda reunidas. Mas está no nosso programa, e neste momento prepara-se esse congresso através de discussões. Estamos a estudar o programa e os estatutos, porque queremos modificar alguns dos seus capítulos.

P: Discutem também a criação de um partido?

A. Neto: Nós já discutimos esse problema nas reuniões plenárias do Comité Directivo. Pensamos que, neste momento, não podemos transformar o nosso movimento num partido. Mas podemos pelo menos dar-lhe uma estrutura partidária - quer dizer formar comités mais estritos, com uma orientação nítida e com os deveres dos militantes mais claros acerca da política a seguir. Desta forma podemos, pouco a pouco, organizar o nosso movimento de maneira a ter uma maior solidez política.

Com a fórmula que temos tido até agora de fazer entrar no movimento todos os que combatem pela independência, há uma grande constelação de opiniões políticas no seio do movimento. E a estrutura do movimento não permite controlar exactamente cada individuo sobre a sua maneira de pensar do ponto de vista político.

(cont.)

(4) Ver sobre a aproximação entre o MPLA e a FLNA a notícia na página 5 deste Boletim.



O PROBLEMA DOS DESERTORES E REFRACTARIOS

A razão de ser destas considerações é uma tentativa de sistematização do que tem sido escrito na imprensa diária sueca e de começar a explicar o que está por trás do que foi escrito e do que não pôde ou não se quis escrever.

UM ACTO POLITICO

O povo português suporta a exploração e a repressão exercida pelo regime fascista português e pelo imperialismo internacional. Procurando trabalho e fugindo à exploração fascista, cerca de um (1) milhão de portugueses abandonaram o país nos últimos dez anos. Para a maioria, as condições que foram encontrar no estrangeiro, não são muito melhores do que aquelas que os obrigaram a abandonar o país.

Desse milhão de portugueses, cerca de 100 000 estão em idade militar. Eles recusam-se a participar numa guerra que não lhes diz respeito. A sua recusa é um acto político. Se a maioria não o faz absolutamente conscientes, pelo menos as consequências desse acto são severamente punidas e consideradas como acto político em Portugal. A sua recusa é um acto de solidariedade para com o movimento de libertação nacional dos povos sob a pata dos colonialistas portugueses e dos imperialistas. Isto não pode ser negado pelas autoridades suecas (UD - Departamento dos Negócios Estrangeiros, e SIV - Departamento Nacional da Imigração).

PORQUÊ É RECUSADO O DIREITO AO ASILO POLITICO?

No jornal Dagens Nyheter (ver nota 4, artigo "O Assassínio de Ribeiro Santos) de 24 de Outubro de 1972, Gunnel Mogård, empregada nos serviços de imigração diz: "É terrível que essas pessoas [asilados políticos] tenham de esperar tanto tempo pela decisão [de autorização de estadia] (ver artigo "Sobre a vinda para a Suécia), a situação torna-se muito difícil, uma vez que alguns esperam sentenças de morte nos países de origem." Ela continua, "mas eu não quero acusar ninguém. O mal está simplesmente em que há muito pouca gente."

Nós acreditamos na afirmação feita pela senhora Gunnel, mas o problema não é tão simples. É que uma vez o caso tratado, vê-se que o pedido de asilo político é quase sempre recusado, sendo apenas dada uma autorização de estadia e trabalho renováveis por períodos de um ano. Assim, verifica-se que tanto os recursos financeiros decididos pelo governo aos serviços estatais que tratam destes assuntos, como a orientação destes serviços seguem uma política bem definida. Essa política é bem mais significativa do que a alegada falta de pessoal.

Porque é que o governo sueco não dá asilo político aos desertores e refractários portugueses? Porque é que se procede do mesmo modo com refugiados vindos de outros regimes fascistas ou de países imperialistas? Porque é que o governo sueco, que tão apregoadamente fala da sua ajuda humanitária aos movimentos de libertação das colónias portuguesas, não dá asilo político àqueles que se recusam a assassinar e oprimir aqueles a quem a Suécia está a ajudar? Porque é que o governo sueco não houve o que representantes dos movimentos de libertação dizem a respeito dos desertores e refractários (1)? Porque é que o governo sueco não reconhece o criminoso acto praticado pelo fascismo português em conluio com o imperialismo internacional, e não acaba com a sua ajuda económica e política a um regime fascista em guerra?

A resposta encontra-se em parte no que antigo conselheiro de Estado e actual ministro da indústria, Rune Johansson, disse no jornal Dagens Nyheter de 11 de Novembro de 1972: "NAO HA NENHUMAS CONTRADICOES ENTRE O GOVERNO E A INDUSTRIA". Por outro lado o actual ministro das finanças, Gunnar Sträng, havia referido que "o que é bom para o país é bom para a indústria". E citando alguns títulos de artigos aparecidos no mesmo jornal, ficamos com uma imagem mais clara do panorama geral:

"Os baixos salários de Portugal salvam o império da Algots"(DN 2/1/72) (2), "Empresas suecas em Portugal: exploram e ajudam ao mesmo tempo"(DN 8/1/72), "A Petri aumenta em Portugal" e "O Mercado Comum obriga as empresas texteis a localizarem-se em Portugal"(DN 22/8/72)(3).

(cont.)

(continuação)

Devido aos interesses económicos suecos em Portugal, o governo sueco actua do seguinte modo:

1) Não dando asilo político o governo mostra que não quer reconhecer abertamente que há opressão em Portugal. Ele fecha tendenciosamente os olhos a toda informação e notícias aparecidas na imprensa acerca de manifestações, razias, greves, operários presos, proibição de manifestações de solidariedade para com os povos das colónias, repressão à luta estudantil, etc.

2) O governo sueco recusa-se a ouvir o que os próprios movimentos de libertação dizem acerca do significado político e militar da deserção e refracção.

3) O governo sueco pretende artificialmente dividir a realidade de acordo com os seus interesses imperialistas. Em face do mesmo problema, e apesar do governo fascista português seguir a mesma política em Portugal e nas colónias, o governo sueco actua de uma maneira diferente. Por um lado dá auxilio aos movimentos de libertação das colónias, pelo outro recusa o asilo político a quem se recusa lutar contra quem o governo sueco ajuda.

Que atitudes políticas estão ligadas a interesses económicos, não há dúvidas nenhuma. Tenham-se em conta os casos citados, tenham-se em conta a EFTA (Associação de Mercado Livre Europeia, da qual Portugal faz parte) e o Mercado Comum. E por isso que cidadãos de países onde regimês reaccionários se encontram no poder, se veem negado o estatuto de asilado político. E por certas conveniências que, países que, como a Suécia, assinaram a Convenção de Genebra fazem do direito ao asilo político, o que eles chamam, um direito simplesmente moral (DN 15/7/1972).

Se não aceitam factos evidentes que ninguém pode negar, factos que continuamente veem a lume na imprensa diária através dos seus jornalistas, então temos o direito de perguntar: como são aplicados esses "princípios morais"? Porque se substitui um direito por esses "princípios"? Se factos objectivos não são levados em conta, porque se apoiam em "princípios morais" de julgamento? Que garantias temos de que "princípios morais" são aplicados? Porque não respeita a Suécia os acordos da ONU, em relação aos refugiados políticos, que ela própria assinou?

Porque afinal a "moralidade" do governo sueco é a moralidade dos interesses económicos suecos em Portugal, como atrás foi descrito.

---

#### Notas:

- 1) O representante do MPLA para os países nórdicos, António Neto, segundo ele próprio diz, numa entrevista feita pela TV sueca foi-lhe perguntado se achava que os desertores e refractários portugueses deveriam ser postos fora da Suécia. Neto respondeu que o único português que ele achava que devia ser posto fora da Suécia, era o embaixador de Portugal na Suécia. Esta resposta de Neto foi retirada do programa aquando da sua emissão para o ar.
- 2) e 3) A Algots e a Melka são duas importantes empresas de textéis suecas estabelecidas em Portugal. A indústria textil na Suécia está em vias de desaparecimento, pois a procura de países com ordenados baixos, como Portugal, para poder concorrer com as empresas textéis japonesas e de Hong-Kong, leva à "emigração" dos capitais para esses países de ordenados baixos. O desemprego é grande entre os operários da industria textil na Suécia.\*

(continuação da pág. )

#### SOBRE A VINDA PARA A SUÉCIA

em raras excepções. A explicação terá de ser procurada no todo do sistema capitalista e nas suas ligações internacionais onde os interesses respectivos implicam uma troca de favores. No entanto, nós em Estocolmo, tentaremos fazer da luta para a obtenção do estatuto de Asilado Político um dos nossos principais objectivos.\*

NOTA HISTÓRICA ACERCA DO CDP NA SUÉCIA

O Comité nasceu da necessidade que alguns portugueses, essencialmente desertores e refractários da guerra colonial portuguesa em África, sentiram de se unir a fim de conjuntamente lutarem para impedir a deportação para França, por parte das autoridades suecas, de três refugiados portugueses.

Esta reunião teve lugar em Estocolmo, em Maio de 1971, e deu origem, poucos meses mais tarde, à formação de um grupo congénere em Uppsala. Mais tarde, e devido a um grupo de refugiados até então residentes em Uppsala terem ido viver para a região de Malmö-Lund, no sul da Suécia, formou-se aí uma terceira secção do Comité.

Em Dezembro de 1971, encontraram-se em Estocolmo pela primeira vez representantes das três Secções que, durante dois dias, discutiram a possibilidade de união de todos os membros numa plataforma comum de princípio, assim como o planeamento de actividades futuras. Discutiram-se também questões de carácter orgânico.

Não tendo essa união sido conseguida, através da discussão dos diferentes pontos de vista, nem tendo os representantes de todas as secções mandatos para votação, foi decidido o estabelecimento de um método de votação para a escolha das propostas existentes. O método aprovado foi o de "um voto por membro". A votação foi efectuada dando como resultado a continuada aprovação dos três pontos-base, que constituíam a plataforma tal como enunciada na primeira reunião. Foram também aprovadas tomadas de posição em relação a questões concretas, como por exemplo em relação à deserção, assim como normas de trabalho entre as três secções.

O facto de não ter existido qualquer tipo de debate ao nível de todos os membros, antes da dita votação, foi, segundo a Secção de Estocolmo, o factor determinante do facto de se mostrar haver uma unidade total ou quase total ao nível de cada secção, a contrastar com uma total discordância de ponto de vista entre as três secções.

No entanto, e por uma questão de princípio, a Secção de Estocolmo aceitou como de todo o Comité os princípios votados, por maioria simples, e que se encontram expressos no nº1 do boletim "Guerra à guerra", editado em Maio de 72 pela ainda Secção de Malmö-Lund.

Entretanto, após estas votações, a Secção de Uppsala deixou de se reunir e não efectua, no momento presente, qualquer tipo de trabalho organizado.

Recentemente foi recebida em Estocolmo uma carta da Secção de Malmö-Lund, segundo a qual esta secção teria, em reunião-geral, decidido tornar-se "autónoma", ou seja independente, tendo nessa mesma reunião decidido mudar um dos tres pontos-base, aprovados para todo o Comité, ao abrigo da dita declaração de autonomia e sem qualquer tipo de discussão prévia com as outras secções.

A Secção de Estocolmo não considera os argumentos apresentados para tal decisão como válidos e muito menos de ordem a justificarem o comportamento anti-democrático contido nessa declaração unilateral de independência.

Contudo, e agora como Comité de Desertores Portugueses de Estocolmo, põe em primeiro lugar a luta anti-fascista e anti-colonialista, pelo que está (tal como o Comité de Malmö-Lund o afirma estar) sinceramente disposto a, sempre que necessário, trabalhar conjuntamente com o Comité de Malmö-Lund, baseando-se sempre nos princípios de respeito mútuo e independência, que são imprescindíveis para alcançar a meta comum.

Esta cisão veio, ao mesmo tempo, levantar em Estocolmo a discussão das características e objectivos do Comité, para definição de uma plataforma que melhor as interprete e que esteja de acordo com a opinião geral dos seus membros, para permitir que o trabalho possa ser feito com mais intensidade e interesse da sua parte.

RESOLUCAO DO CDPE FACE A DESERCAO E A REFRACCAO  
 =====

O problema da deserção ou da recusa em participar no exército colonial português inscreve-se no problema mais geral da luta do povo português contra o fascismo e o colonialismo e de apoio à luta de libertação nacional dos povos das colónias.

A questão da deserção ou não deserção e suas formas é pois parte da tática e estratégia da luta pelo derrube do fascismo e colonialismo português. A definição dessa estratégia e tática compete naturalmente às organizações de tipo partidário que visam o derrube do fascismo e colonialismo. Como tal, a definição da integração deste aspecto da luta (atitude perante a mobilização para o exército fascista-colonialista) só pode ser feito por esse tipo de organizações, que tomarão posição sobre eles consoante a tática e estratégia gerais que estabeleceram.

O CDPE é, conforme os seus estatutos, uma organização de massas não-partidária. Como tal, não é do seu âmbito definir uma estratégia ou tática de luta para conduzir o povo português na luta contra o fascismo e colonialismo. Pela mesma razão, não é do seu âmbito tomar uma posição perante o problema da atitude face à mobilização para o exército fascista-colonialista, em Portugal.

Portanto, o CDPE adopta como resolução:

- nao tomar posição perante o problema da correccão ou incorreccão da deserção ou da recusa em cumprir o serviço militar e das suas formas.

A LEI "TERROR"  
 =====

Foi proposta por uma comissão parlamentar sueca uma nova lei referente à actividade dos cidadãos estrangeiros neste país. Todos os partidos burgueses do parlamento manifestaram o seu apoio à proposta com excepção do VPK (Partido comunista parlamentar).

Esta lei dirige-se sobretudo contra os anti-fascistas e anti-imperialistas refugiados neste país e suas organizações, embora tenha tido como pretexto as accões de uma organização fascista jugoslava chamada "Ustasjas" (responsável pelo assassinio do embaixador jugoslavo em Estocolmo e desvio dum avião para Espanha). A lei, de carácter perfeitamente reaccionário, dá possibilidades à SAPO (policia política sueca) e restante policia de vigiar, violar correspondencia, escutar telefones, revistar corporal e domiciliariamente, limitar as possibilidades de trabalho e até expulsar, todos aqueles que se suspeitem estar ligados a organizações que se suspeitem fazer uso de métodos chamados "terroristas".

Neste sentido será elaborada uma lista secreta de organizações estrangeiras, hipoteticamente nestas condições. Se se tiver em conta que a policia sueca recebeu instruções no sentido de alargar a colaboração com as policias estrangeiras, nomeadamente a Interpol (cujo elemento de ligação em Portugal é a PIDE) e a CIA, pode-se prever quais as organizações que aí caberão (lembremo-nos da lei de estrangeiros em vigor na Alemanha do social-fascista Brandt).

No sentido de lutar pela conquista do asilo político para os anti-fascistas e anti-imperialistas e de defender os direitos democráticos dos mesmos, o CDPE decidiu integrar-se num COMITÉ DE SOLIDARIEDADE PARA COM OS REFUGIADOS POLITICOS, que agrupa quase trinta organizações políticas e de massas, suécas e estrangeiras.

